

A teoria das duas espadas

Claudio Lembo, especial para o JT.

São estranhos os caminhos da História, particularmente no Brasil. Tudo acontece, por aqui, de maneira diversa e conflitante com o pensamento do tempo em que se vive. Quando o avanço parece presente, no seu interior, se instala marcado recuo ao passado remoto do pensamento.

O Brasil jamais conseguiu conviver com a contemporaneidade. Quer sempre um retorno a épocas superadas e repletas de iniquidades. Procura sempre um imaginário retorno a tempos pretéritos em busca de um inatingível Quinto Império.

Neste estranho caminhar, onde cada passo a frente significa infinitos passos de regresso, chegamos a este pleito presidencial tão aguardado e ainda mais necessário.

Foram anos de escuridão. A liberdade sofreu cerceamentos e as instituições a inserção de estranhas figuras. Lutou-se e muito para retornar a civilização. Atin-

giu-se, após tantas vítimas e desesperanças, o Estado de Direito.

Quando, porém, o cenário parece nitido e sem censuras constata-se que o avanço contém, em seu âmago, paradoxal retorno ao mais antigo e perverso da História.

Em termos nacionais, o recuo conta com mais de um século e, a partir de uma visão eurocêntrica, registra mais de dois séculos, lançando-se no Velho Regime, anterior à Revolução Francesa.

Há cem anos a República proclamou a separação entre a jurisdição estatal e a eclesiástica. A Revolução Francesa declarou, há duzentos anos, o surgimento do Estado em sua concepção laica.

Após quatro séculos de dominação hegemônica de uma única religião sobre toda a sociedade, com o regime republicano implantava-se, no Brasil, a teoria das duas espadas. A figura das duas espadas, concebida no século quinto, procura configurar a

impossibilidade de uma única mão sustentar a espada da religião e a espada do Estado. Sempre que isto acontece as consequências se apresentam danosas para a religião e para o Estado e, portanto, para a cidadania, a partir de uma cosmovisão contemporânea.

A República avançou, pois, no campo das relações entre o Estado e a religião. Ambos os segmentos passaram a conviver, militando em esferas diversas.

Agora, porém, vencidos cem longos anos, entremeados de períodos de grande presença autoritária e estreitos espaços de liberdade, constata-se que existe uma busca do passado perdido.

Alguns, no interior da hierarquia católica, querem retornar a posicionamentos superados, ingressando no jogo político-partidário e, desde logo, demonstrando volúpia em participar de futuros governos.

Os bispos querem ser minis-

tros de Estado. Abandonam, assim, o ministério religioso para ingressar no minado campo do ministério profano...

Não vai dar certo.

As duas áreas de atuação são conflitantes. A religiosa procura a preservação de valores éticos e a conquista de espaços além das meras coisas humanas. A própria erradicação da miséria material transita pelo afastamento do pecado da consciência de algumas pessoas.

A área profana, por seu turno, maneja o aparelho do Estado e, nesta atividade, quer o aperfeiçoamento das estruturas e, por via de consequência, da qualidade de vida das pessoas, destinatárias finais da atuação estatal. Podem acontecer distorções. É preciso, por isto, que determinados segmentos se mantenham isentos e alheios aos controles da máquina burocrática.

Ora, se a hierarquia se coloca no interior dos mecanismos de

controle do Estado passa a sofrer todos os envolvimento inerentes às atividades laicas. Perde sua elevada posição de crítica dos costumes e passa a percorrer as veredas inerentes aos vícios e iniquidades advindas da ação do Estado. Ao invés de oferecer a salvação, nesta condição, a hierarquia demonstrará que o pecado original atingiu a todos. Sem exceções.

Este é o paradoxo do tempo presente. Cem anos após a instalação das duas órbitas de atividade, ou seja, a do Estado e a da religião, tudo volta ao ponto de partida. Religião e assuntos de Estado passam a se confundir. Os equívocos do passado repetem-se no presente. Ainda não se compreendeu, aqui abaixo do Equador, que a política deve ser feita com religião, mas não por religião.

gião.

Todas as experiências de transformação da religião em conduto político foram frustrantes e conduziram inocentes às fogueiras da Inquisição.

Ainda, porém, é tempo de recorrer ao bom senso, mantendo-se o poder político como atividade autônoma e o religioso como titular de órbita superior de atuação.

A soma dos dois poderes conduz ao despotismo. Este não interessa a cidadania. Pode, eventualmente, importar às pessoas, enquanto titulares transitórias dos poderes acumulados.

Não condiz, contudo, o despotismo com a preservação de conquistas sofridamente obtidas. A liberdade de consciência, por exemplo.

EXPORTAÇÃO

Exporte seus produtos e saia da crise. Assessoria especializada. F.: 852-5608.

IMÓVEL FINANCIADO

Legalizo transferência s/ retencimento. Tel.: 64-1224/883-3343.